

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais do

AMAPÁ



INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do Amapá, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE CLÉCIO LUÍS

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discursos e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO AMAPÁ

Traz contribuições para a agenda educacional do Amapá, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>.

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE CLÉCIO LUÍS

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Clécio Luís, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** Ações para melhoria de infraestrutura, com reforma, ampliação, climatização e construção de novas escolas, além de acesso à internet e dispositivos digitais.
- B.** Criação do Sistema Estadual de Educação, com articulação e apoio aos municípios, para melhoria dos indicadores educacionais.
- C.** Ações para valorização da carreira docente, tais como garantia do cumprimento do Piso Salarial do Magistério e fortalecimento das ações de formação continuada.
- D.** Ampliação da oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica, tanto para estudantes de Ensino Médio como da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- E.** Ações para garantia de oferta da Educação Especial na perspectiva inclusiva.
- F.** Ações para fortalecer a oferta de modalidades como a Educação do Campo, Indígena e Quilombola.

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para o Amapá:

- A.** Ações voltadas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia na Educação, incluindo medidas para a recomposição das aprendizagens, combate à evasão escolar e ações voltadas para a saúde mental de estudantes e profissionais da Educação.

- B.** Fortalecimento de políticas e programas em regime de colaboração com os municípios, especialmente nas áreas de primeira infância e alfabetização.
- C.** Modernização da gestão da secretaria de Educação.
- D.** Políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar, incluindo estruturação de processo de seleção, alocação e desenvolvimento profissional dos gestores escolares.
- E.** A implementação do novo currículo de Ensino Médio, que exige mudanças relevantes nas escolas estaduais, além de programas de incentivo à permanência dos jovens na escola até a conclusão da etapa.
- F.** A ampliação do número de escolas e de matrículas em tempo integral.
- G.** Ações para contribuir para uma Educação antirracista.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO AMAPÁ

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens, ações de acolhimento e saúde mental e melhoria da alimentação escolar

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. Desde 2021, o Amapá integra o **programa Busca Ativa Escolar**, conduzido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Unicef. É fundamental que o estado acompanhe e fortaleça as ações do programa, em diálogo com as escolas e com os municípios. Já na rede estadual, reforça-se a importância da criação de programas de assistência estudantil, especialmente para estudantes do Ensino Médio, que oferecem incentivo financeiro para estudantes vulneráveis atrelados à frequência ou conclusão de ano/etapa. Medidas nessa direção já vêm sendo adotadas em outros estados e podem ser importantes no combate à exclusão escolar.
2. O Amapá vem investindo em algumas **iniciativas de recomposição das aprendizagens**, tais como avaliações diagnósticas (Avalia Aí), oferecimento de aulas de reforço e recuperação no contraturno (Projeto AnCoragem) e priorização curricular (Currículo Prioritário Amapaense). É importante avaliar, fortalecer e ampliar essas iniciativas, que em muitos casos estão presentes apenas em determinadas etapas (por exemplo, Avalia Aí é focado no Ensino Médio e AnCoragem nos Anos Finais do Ensino Fundamental). Mesmo com o retorno presencial, políticas de recomposição das aprendizagens seguem essenciais para mitigar os efeitos da pandemia e precisam ser continuamente fortalecidas na rede estadual.
3. Atualmente, o Amapá não possui ações estruturadas voltadas para o acolhimento e saúde mental dos estudantes e profissionais da Educação. Sobretudo no cenário pós-pandemia, investir em ações de acolhimento e saúde mental para estudantes e profissionais da Educação é fundamental tanto para melhores resultados de aprendizagem quanto para melhora do ambiente escolar. Incluir um eixo dessa temática no Programa Saúde do Educando (PSE), citado no plano de governo, pode ser um caminho para fortalecer iniciativas dessa natureza na rede estadual.

4. Com o agravamento dos níveis de vulnerabilidade socioeconômica no contexto pós-pandemia, é fundamental que a Secretaria de Estado da Educação (Seed) amplie e qualifique os investimentos na **alimentação escolar** dos estudantes.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) **Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado**

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. No Amapá, as redes municipais são as responsáveis por praticamente todas as matrículas na Educação Infantil, por 66% nos Anos Iniciais e 6% dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Considerando essa divisão de matrículas, cabe ao governo estadual **coordenar a política educacional no território**, fornecendo suporte e apoio aos municípios para melhoria da qualidade da oferta educacional. Seria importante, também, que o estado avançasse na **municipalização dos Anos Iniciais** do Ensino Fundamental.

2. Desde 2018, o estado conta com o **Programa Colabora Amapá Educação**, que estrutura o regime de colaboração com os municípios e pelo qual a Seed presta assistência técnica e pedagógica por meio de formação dos professores e capacitação dos gestores municipais, visando melhorias na gestão educacional e nos níveis de aprendizagem das redes. Além disso, desde 2019, o Amapá também conta com o **Programa Criança Alfabetizada**, com foco na cooperação com as redes municipais para melhoria dos resultados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É muito importante que a implementação de tais programas seja acompanhada, para que sejam aprimorados e fortalecidos em diálogo com os municípios. Além disso, é recomendado que o Amapá estenda o **regime de colaboração com os municípios para ações voltadas à primeira infância** - o programa cearense Mais Infância pode ser referência para a criação de uma política no estado.

2) **Gestão dos sistemas educacionais** - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Algumas ações do Programa Colabora Amapá Educação, como capacitação dos gestores municipais e implementação de Sistema de Gestão Integrado, são fundamentais para contribuir com a **qualificação dos servidores das secretarias municipais de Educação**, bem como com a promoção de uma **gestão estratégica nas redes**, com planejamento adequado, metas claras e monitoramento contínuo. Nesse sentido, é importante ampliar e fortalecer as ações do “eixo administrativo” do Colabora Amapá para melhoria da gestão educacional nas redes municipais. Além disso, é fundamental garantir que a Seed tenha uma **equipe gestora altamente competente** para realizar uma gestão estratégica no estado.
2. Aprimorar a **capacidade administrativa da Seed**, criando processos e sistemas mais ágeis e eficientes. Melhorias em sistemas já existentes como o SigEduc são exemplos de avanços necessários importantes nessa frente.
3. **Fortalecer a atuação regional da Seed**, garantindo que atue de forma cada vez mais próxima das escolas e das 16 redes municipais do território do Amapá.
4. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática** baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito entre os atores do sistema educacional. É preciso aproximar a secretaria da Educação das escolas, superar resistências e criar vínculos, fugindo de uma gestão centralizadora.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. Em 2019, o estado instituiu o **ICMS-Educação** (Lei Complementar n° 120/2019), sendo que 18% do valor da cota-parte municipal é distribuída de acordo com os resultados educacionais dos municípios.

A primeira distribuição com base nos novos critérios foi realizada em 2021. A Lei também prevê que, entre 2021 e 2024, as perdas decorrentes dos novos critérios de distribuição serão compensadas por meio de transferências via convênio. É necessário, após 2024, repensar essa medida, já que com essa compensação a Lei perde parte do seu papel de indução da melhoria da qualidade educacional e diminui o incentivo para os prefeitos priorizarem a pauta da Educação em suas agendas.

2. Ampliar os **mecanismos de autonomia financeira e descentralização de recursos** para as escolas, principalmente para gastos recorrentes, garantindo mais flexibilidade e eficiência para as equipes de gestão escolar é uma medida importante. O Amapá conta com o **Programa Escola Melhor** (Proem), que destina recursos diretamente às escolas para cobertura de despesas com aquisição de material de consumo, prestação de serviços e aquisição de material permanente. Além de fortalecer essa ação, é importante aprimorar o programa de modo que as transferências de recursos levem em conta critérios de equidade, destinando mais recursos para as escolas que atendem estudantes mais vulneráveis.

4) Professores - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo **diagnóstico e planejamento do quadro de professores**. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso no estado, com mais de 5.000 vagas, está ocorrendo em 2022, de modo que o próximo governo terá como missão nomear os aprovados no certame) ou por processo seletivo simplificado. Também se ressalta a importância de **qualificar os processos de seleção**, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica (ex. demonstração de aula, que não consta como uma etapa no último concurso). Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.

2. No Amapá, o salário inicial dos professores da Educação Básica (R\$ 3.921 para professores sem Ensino Superior e R\$ 4.917 para professores com Ensino Superior para jornada de 40 horas) está acima do estabelecido pelo Piso Nacional do Magistério (R\$ 3.845). Entretanto, para além de oferecer salários competitivos, é importante **aprimorar e atualizar o plano de carreira atual** (Lei nº 949/2005), tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.

3. É importante que a Seed trabalhe em um plano visando garantir uma **rotina e condições de trabalho adequadas aos professores**, priorizando que os docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação. Concursos com carga horária de 40 horas, como o que está ocorrendo, são importantes para a concretização desse plano.
4. O Amapá conta com o **Centro de Valorização da Educação**, que abriga o Núcleo de Formação Continuada da Seed. Além disso, recentemente foi inaugurado o **Centro de Inovação da Educação do Amapá**, com objetivo de qualificar profissionais da Educação com as atuais tecnologias digitais para aplicação em sala de aula. É fundamental que o estado **amplie as políticas de formação continuada**, garantindo, que sejam alinhadas com as políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola.
5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a Seed poderia estruturar um **programa de estágio remunerado para os licenciandos** atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar** - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. A legislação do Amapá (Lei nº 1.503/2010) define que os gestores escolares na rede estadual são escolhidos via eleição pela comunidade escolar, e que os candidatos para serem aptos a concorrer no pleito precisam ter sido aprovados em um curso de gestão escolar de 120 horas ofertado pela Seed. Entretanto, os dados do Censo Escolar 2021 apontam que 83,3% dos diretores foram designados exclusivamente via indicação da secretaria (apenas 2,9% via eleição, com participação da comunidade escolar). Nesse cenário, torna-se central compreender os motivos pelos quais a legislação não vem sendo cumprida e garantir um **processo de escolha dos gestores que ateste a competência técnica dos candidatos** (por meio de provas, entrevistas por competência, apresentação de plano de gestão, entre outros instrumentos) e que também leve em conta a opinião da comunidade escolar.
2. A ampliação e fortalecimento de **programas de apoio e de formação em serviço** deve ser vista como uma estratégia central para desenvolvimento profissional dos gestores escolares e para a melhoria dos resultados educacionais.

3. As equipes de gestão escolar necessitam receber **contínuo suporte da secretaria de Educação**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o acompanhamento mais próximo da Seed e o fortalecimento do Proem. Ainda, é importante que seja constantemente reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de ferramentas de gestão (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. Oferecer as devidas condições para que o **Referencial Curricular Amapaense seja implementado em sala de aula**, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos.
2. Em 2019, foi criado o **Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá (SisPAEAP)**, para monitorar a qualidade do Ensino Fundamental ofertado pelo estado e pelos municípios que aderem voluntariamente à iniciativa. No entanto, é importante incluir também os estudantes do Ensino Médio no SisPAEAP. Além disso, seria interessante agregar ao sistema as avaliações diagnósticas do Avalia Aí. Por fim, ressalta-se a importância de garantir que as avaliações que compõem o SisPAEAP sejam alinhadas aos currículos e que forneçam devolutivas pedagógicas rápidas e de fácil compreensão, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. O Amapá ainda não possui um programa estruturado em regime de colaboração com os municípios para primeira infância. Algumas ações importantes são:

1. Estabelecer uma **Política Estadual Integrada para a Primeira Infância**, desenvolvida a partir da colaboração com os governos municipais e contando com abordagem e coordenação intersetorial,

de modo a articular diversas políticas do poder público (como as da Educação, da Saúde e da Assistência Social). Em 2016, o Amapá elaborou, em parceria com o Unicef, o Plano Estadual pela Primeira Infância. É importante que esse plano seja revisitado para embasar as discussões sobre a constituição de uma Política Estadual Integrada para a Primeira Infância.

2. Na Educação, é fundamental que a política para a primeira infância contemple uma **Política Estadual de Apoio à Educação Infantil**, buscando apoiar os municípios na expansão do atendimento e na melhoria da qualidade nas etapas de Creche e Pré-escola. O Amapá tem indicadores de acesso à Educação Infantil extremamente preocupantes. Enquanto 37,5% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos têm acesso à Creche, no Amapá esse número é de apenas 13,5%. Já na Pré-escola, o Brasil já se aproxima da universalização da etapa (taxa de atendimento escolar é de 94,2%), enquanto a do Amapá é de 75,3%.

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Em 2017, o estado implementou o Programa de Aprendizagem do Amapá (Paap), com foco na alfabetização na idade certa via regime de colaboração com municípios, inspirado na experiência exitosa do Ceará. Em 2019, o Paap foi substituído pelo **Programa Criança Alfabetizada**. O programa foca tanto em ações pedagógicas (formação de professores, distribuição de material didático, avaliações, bolsistas nas secretarias municipais) como em mecanismos de incentivo financeiro (ICMS-Educação e premiação para escolas - Prêmio Criança Alfabetizada). É essencial fortalecer o programa ampliando as ações já realizadas e garantindo a qualidade de sua implementação.

2. Em 2021, foi lançado o **Prêmio Criança Alfabetizada**, que premia as escolas com melhores resultados no Índice de Desenvolvimento Escolar da Alfabetização (IDE-Alfa). Parte do pagamento da premiação é condicionado à cooperação técnico-pedagógica entre as escolas ganhadoras e aquelas com menores resultados, que também recebem apoio financeiro para desenvolverem estratégias para melhoria no IDE-Alfa. Considerando que o prêmio foi iniciado no estado recentemente, é fundamental acompanhar sua implementação, de modo a fortalecer e aprimorar suas ações.

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

No Amapá, 6% das matrículas dos Anos Finais estão nas redes municipais e 94% na rede estadual. Isso torna necessário garantir coerência entre as redes para a oferta, com cooperação e pactuação com os municípios. Nesse sentido, é relevante considerar:

1. Implementar ações e medidas que tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais do Ensino Fundamental, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).
2. Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante **priorizar a expansão das escolas em tempo integral**. Atualmente, 0,1% das matrículas nessa etapa na rede pública do Amapá são em tempo integral (no Brasil é de 10,4%). Entende-se que a expansão do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do Amapá.

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. A implementação do Novo Ensino Médio no Amapá iniciou de forma gradual, em 2021. Nesse contexto, é importante **garantir que o novo modelo já está sendo implementado em todas as escolas** da rede. Além disso, é necessário **acompanhar e monitorar a implementação do novo currículo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos, sobretudo frente às recentes definições do Enem). O governo do estado também precisa **apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular. Por fim, é central manter um **diálogo constante com a comunidade escolar** para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.
2. Atualmente, o Amapá conta com 14,1% de matrículas na modalidade de **Educação Profissional e Tecnológica** – abaixo da média nacional (23,8%). Nesse sentido, é fundamental realizar uma **política de expansão da oferta dessa modalidade**, considerando as necessidades da economia local.

3. O Amapá tem 19,4% das matrículas do **Ensino Médio em escolas de tempo integral** (acima da média nacional, de 15,5%). Além disso, o estado vem apresentando um crescimento importante no número de matrículas (aumento de 66,3% entre 2020 e 2021). Em 2017, o Amapá instituiu o Programa Escolas do Novo Saber, com o objetivo de fortalecer a expansão do modelo. Nesse contexto, é fundamental fortalecer e garantir a implementação do programa, considerando, inclusive, a meta estabelecida no Plano Estadual de Educação de atingir 50% das escolas com jornada integral até o ano de 2025 (atualmente, essa marca está em 28,7%).

4. É fundamental desenvolver **programas de apoio à permanência dos jovens na escola**, como a oferta de bolsa-auxílio ao longo da etapa com foco naqueles em situação de maior vulnerabilidade.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Em 2022, a Seed implementou algumas ações voltadas para a inserção das tecnologias na Educação, como a criação do Centro de Inovação da Educação do Amapá (Cieap), localizado em Macapá, com o objetivo de qualificar os profissionais da Educação com as atuais tecnologias educacionais. É fundamental que o governo do Amapá estabeleça uma **estratégia de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**, devendo envolver, além da formação de professores, infraestrutura (conectividade e dispositivos), recursos digitais e gerenciamento de dados.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de medidas de **busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, conforme consta no plano de governo, é necessário **garantir condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores.

2. Oferta de **ampla formação continuada**, voltada tanto para os docentes de atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da educação.
3. Possibilitar que o Proem preveja **aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão**, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer). Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança** da gestão.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br